

ORLANDO GOMES

PROFESSOR CATEDRÁTICO DA FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DA BAHIA

*Carlos Denis Machado
Ditt. 13/10/56*

O SÁLARIO NO DIREITO BRASILEIRO

(COMENTÁRIOS AOS ARTS. 457 A 467 DA CONSOLIDAÇÃO
DAS LEIS DO TRABALHO.)

5.º VOLUME
da
COLEÇÃO DE DIREITO DO TRABALHO

Doado ao TRT - 3ª Região
Pelo MM. Juiz
Carlos Denis Machado

1947
JOSÉ KONFINO — EDITOR
PRAÇA FLORIANO, 55 — 11.º ANDAR (CINELÂNDIA)
CAIXA POSTAL, 2746 — END. TEL. KONFINO
RIO DE JANEIRO

Í N D I C E

Advertência	9
-------------------	---

I N T R O D U Ç Ã O

1 — Principais obrigações oriundas do contracto de trabalho	15
2 — Terminologia da contra-prestação do trabalho	15
3 — Disciplina legal da remuneração dos empregados	16
4 — Noção económica de salário	16
5 — Orientação do legislador pátrio	17
6 — Principais medidas de protecção ao salário	17
7 — Protecção legal em face do empregador	18
8 — Protecção legal em face dos credores do empregador	18
9 — Protecção legal em face dos credores do empregado	19
10 — Protecção legal do salário em benefício da família do empregado	19

CONCEITO LEGAL E FORMAS DE REMUNERAÇÃO

11 — Distinção entre remuneração e salário	23
12 — Salário como contra - prestação de trabalho	24
13 — Inadmissibilidade do salário condicional	25
14 — Formas fundamentais de pagamento do salário	26
15 — A remuneração por unidade de tempo	26
16 — A remuneração por unidade de obra	27
17 — A remuneração por unidade de obra no contracto de trabalho e na empreitada	27
18 — Remuneração por unidade de obra e salário mínimo	28
19 — O poder directivo do empregador e a actividade retribuida por unidade de obra	29
20 — Inalterabilidade da forma de remuneração no curso do contracto de trabalho	30

21 — A remuneração por tarefa	30
22 — A remuneração a cargo de terceiro	32
23 — A gorgeta	33
23 A Hipóteses de remuneração mediante gorgeta	33
24 — O pagamento por comissões	34
25 — Momento em que a comissão é exigível	36
26 — Limite ao direito de exigir o pagamento de comissão	37
27 — A participação nos lucros da empresa	38
28 — Participação no capital (co-partnership)	38
29 — Participação nas entradas	39
30 — Natureza jurídica da participação nos lucros	39
31 — Qualidade do “interessado”	41
32 — Direito de fiscalização do empregado	43
33 — Consequências da natureza remuneratória da per- centagem nos lucros	43
34 — A participação nos lucros nas legislações chilena e ve- nezuelana	44
35 — A Constituição federal e a participação nos lucros	45
36 — A gratificação	46
37 — Natureza das gratificações dadas sem ajuste expresso	47
38 — Gratificação decorrente de ajuste tácito	49
39 — Gratificação como uso particular de empresa	49
40 — Necessidade da vontade patronal de obrigar-se	50
41 — Efeitos da incorporação da gratificação ao salário	50
42 — Direito à gratificação antes do termo a que se subordina	51
43 — As diárias	51
44 — Quando as diárias são computadas como salário	52
45 — O prêmio	53
46 — A ajuda de custo	54

DO SALÁRIO COMPOSTO

47 — Pagamento em dinheiro	57
48 — Utilidades compreendidas no salário	58
49 — Apreciação pecuniária das utilidades	58
50 — Fontes das prestações “in natura”	60
51 — Natureza do contracto com fornecimento de utilidades	61
52 — Prestações que não se incluem no salário	62
53 — Fornecimento de instrumentos de trabalho	63
54 — A prestação de transporte	64
55 — Inalterabilidade das prestações no curso do contracto	64

QUANDO O SALÁRIO DEVE SER PAGO

56	— Protecção do salário na época do pagamento	69
57	— Razões da instituição da periodicidade máxima	69
58	— Prazos legais	71
59	— O maior interstício	72
60	— Prazo no salário por unidade de obra	72
61	— Formas de remuneração que não estão sujeitos aos prazos legais	73
62	— Época de recebimento das comissões	73
63	— Consequências da inobservância dos prazos legais	74
64	— Soluções sugeridas para a mora do empregador	74
65	— Solução adoptada no direito pátrio	76
66	— Prazo suplementar para cumprimento da obrigação patronal	76

DETERMINAÇÃO SUPLETIVA DO SALÁRIO

67	— Hipóteses previstas na lei	81
68	— Crítica à disposição legal	81
69	— Facilidade da prova	82
70	— Solução das hipóteses previstas	83
71	— O termo de comparação	84

O PRINCÍPIO DO SALÁRIO IGUAL

72	— Igual tratamento para homens e mulheres	89
73	— Generalização do princípio	90
74	— Requisitos para a sua aplicação	91
75	— Trabalho de igual valor	92
76	— Conceito de função idêntica	92
77	— Exigência relativa à localidade	94
78	— Tempo de serviço	96
79	— Quadro Organizado em carreira	96
80	— Direitos do empregado	97
81	— Simultaneidade no exercício da função	98

PROIBIÇÃO DE EFECTUAR DESCONTOS

82 —	O princípio da integralidade do salário	103
83 —	Excepções ao princípio	104
84 —	Desconto para pagamento de aluguel de casa	106
85 —	Dedução de utilidades	107
86 —	Adiantamentos	107
87 —	Descontos de mensalidades do sindicato	107
88 —	Outros descontos	108
89 —	Desconto em caso de dano causado pelo empregado	109
90 —	Desconto por efeito de multas	110
91 —	Desconto em consequência de suspensão disciplinar	112
92 —	Desconto em salário mínimo	113
93 —	Desconto para cobrança de quantia emprestada	113
94 —	Desconto por compensação	114
95 —	Proibição de retenção do salário	115

A OBRIGAÇÃO DE PAGAR O SALÁRIO EM
MOEDA CORRENTE

96 —	A proibição do “truck system”	119
97 —	Evolução do “truck system”	120
98 —	Pagamento com cheque bancário	121
99 —	Consequências da violação do princípio	122
100 —	Solução do direito pátrio	123

A OBRIGAÇÃO DA PAGAR O SALÁRIO
CONTRA RECIBO

101 —	Vantagens da exigência legal	127
102 —	Singularidade do direito do trabalho	128
103 —	Formalidade “ad pompam et solenitatem”	129
104 —	Valor do recibo	130
105 —	Recibo individual e colectivo	132
106 —	Recibo dos empregados analfabetos	133
107 —	Recibo dos menores	134

MOMENTO E LOCAL DE PAGAMENTO DO SALÁRIO

108 —	Justificação das medidas legais	139
109 —	Protecção quanto ao dia do pagamento	140
110 —	Sanções em que incorre o empregador	141
111 —	Principal fim da medida legal	143
112 —	Interpretação construtiva da disposição legal	144
113 —	Protecção quanto ao local do pagamento	145
114 —	Protecção quanto ao momento do pagamento	145

O PAGAMENTO DE COMISSÕES

115 —	Importância prática do problema	149
116 —	A melhor solução	150
117 —	Pagamento do preço pelo cliente	151
118 —	Negócio ultimado e negócio a bom termo	152
119 —	Execução parcial do negócio	152
120 —	Contractos sob condição suspensiva e contractos anulados	153
121 —	Negocios indirectos	154
122 —	Natureza do dispositivo legal	154
123 —	Expressões sinónimas	155
124 —	A cláusula de garantia contra a insolvência do cliente	150
125 —	Recebimento da comissão quando ocorre cessação da relação de emprego	157
126 —	Negócios realizados por prestação sucessivas	159

PAGAMENTO DO SALÁRIO EM CASO DE RESCISÃO DO CONTRACTO DE TRABALHO

127 —	Crítica da disposição legal	163
128 —	Retenção de salário tolerada	164
129 —	Requisitos para a aplicação da sanção	165
130 —	Cessaçao do trabalho	166
131 —	Retenção parcial ou total	166
132 —	Incontrovérsia	167
133 —	Condenação do tribunal de trabalho	168
134 —	Preferência do julgamento nos dissídios sobre pagamento	168

PROTECÇÃO DO SALÁRIO CONTRA OS CREDITORES DO EMPREGADO

135	— Localização da medida	173
136	— Justificação da impenhorabilidade do salário	174
137	— Extensão da impenhorabilidade	175
138	— O sistema de penhorabilidade progressiva	176
139	— A regra geral e as excepções no direito pátrio	177
140	— Impenhorabilidade do salário complementar	179
141	— A questão dos salários acumulados	181

PROTECÇÃO DO SALÁRIO CONTRA OS CREDITORES DO EMPREGADOR

142	— Regulamentação do assunto	185
143	— Crítica à norma legal	186
144	— Natureza do privilégio	189
145	— Competência para julgamento do crédito	189